
O PROJETO COLONIAL DO PLANEJAMENTO ENERGÉTICO NO AMAPÁ: RESISTÊNCIA E ENFRENTAMENTO

THE COLONIAL PROJECT OF ENERGY PLANNING IN AMAPÁ:
RESISTANCE AND CONFRONTATION

EL PROYECTO COLONIAL DE PLANIFICACIÓN ENERGÉTICA EN
AMAPÁ: RESISTENCIA Y CONFRONTACIÓN

Marília Gabriela Silva Lobato¹

<http://lattes.cnpq.br/9032933634869120>
<http://orcid.org/0000-0002-3613-7100>

Ronalty Oliveira Rocha²

<http://lattes.cnpq.br/0175146509712808>
<http://orcid.org/0000-0003-4943-4195>

Keliane Bastos de Sousa³

<http://lattes.cnpq.br/5708721310213514>
<http://orcid.org/0009-0009-5805-9295>

Thayze Guedes Barreto⁴

<http://lattes.cnpq.br/1685144533592600>
<http://orcid.org/0009-0005-5362-7899>

Raylan Miranda Cortez⁵

<http://lattes.cnpq.br/9995863344009267>
<https://orcid.org/0009-0003-7539-6994>

¹ Professora da Universidade Federal do Amapá. Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável (PPGDAS/UNIFAP), Doutora em ciências do Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Mestre em Desenvolvimento Regional pela UNIFAP e Bacharel em Secretariado Executivo pela UNIFAP. E-mail: mariliaunifap@gmail.com.

² Doutorando em Administração pelo Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal do Paraná. Mestrado em Administração pela Universidade Federal de Sergipe. Docente do curso de Tecnologia em Secretariado da Universidade Federal do Amapá, Brasil.

³ Mestranda no programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável (PPGDAS) e graduada em Tecnologia em Secretariado, ambas pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: kelianebastos18@gmail.com.

⁴ Mestranda no programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável (PPGDAS) e graduada em Tecnologia em Secretariado pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: thayzebarreto553@gmail.com.

⁵ Mestrando no programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável (PPGDAS) e graduado em Tecnologia em Secretariado pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: rayllancortez16@gmail.com.

RESUMO: O paradigma de planejamento e desenvolvimento energético, embora se pretenda universal, está pautado em uma racionalidade eurocêntrica e excludente. Na Amazônia amapaense, rio Araguari, existem comunidades que, mesmo subjugadas aos danos e desastres causados pela implantação das UHE Cachoeira Caldeirão e Ferreira Gomes e Energia, resistem a esse contexto colonial e capitalista. Nesse cenário, este estudo busca entender os discursos e práticas que reforçam o contexto expropriante vivenciado por comunidades afetadas pelas usinas hidrelétricas Cachoeira Caldeirão e Ferreira Gomes e Energia, em especial no que tange aos instrumentos de política ambiental diante de procedimentos que flexibilizam a legislação ambiental, como condicionantes e Termos de Ajustamento de Conduta. O referencial teórico está embasado na Epistemologia Decolonial e, metodologicamente, foi realizada uma pesquisa qualitativa com uso de entrevistas (agricultores familiares e pescadores artesanais), consulta documental e análise de narrativas. Os resultados comprovam que quando os desastres se perpetuam, há uma incapacidade do Estado em criar um cenário que, minimamente, se aproxime dos sistemas locais de sobrevivência anteriores à implantação das usinas.

Palavras-Chave: Usinas Hidrelétricas; Decolonialidade; Políticas Ambientais; Resistência; Condicionantes.

ABSTRACT: The paradigm of energy planning and development, despite its purported universality, is grounded in a Eurocentric and exclusionary rationality. In the Amapá region of the Amazon, along the Araguari River, there are communities that, despite being subjected to the damages and disasters caused by the implementation of the Cachoeira Caldeirão and Ferreira Gomes hydroelectric power plants, resist within the framework of this colonial and capitalist context. This study seeks to understand the discourses and practices that reinforce the expropriation context experienced by communities affected by the Cachoeira Caldeirão and Ferreira Gomes e Energia hydroelectric plants, especially with regard to environmental policy instruments in the face of procedures that make environmental legislation more flexible, such as Conditions and Terms of Conduct Adjustment. The theoretical framework is grounded in Decolonial Epistemology, and methodologically, a qualitative research approach was employed, incorporating interviews with local stakeholders (family farmers and artisanal fishermen), documentary analysis, and narrative analysis. The results show that when disasters persist, there is a failure of the state to create a scenario that even remotely aligns with the local survival systems pre-dating the implementation of the power plants.

Keywords: Hydro power Plants; Decoloniality; Environmental Policies; Resistance; Conditioning.

RESUMEN: El paradigma de planificación y desarrollo energético, aunque se pretende universal, se basa en una racionalidad eurocéntrica y excluyente. En la Amazonía amapaense, río Araguari, existen comunidades que, incluso subyugadas a los daños y desastres causados por la implantación de las UHE Cachoeira Caldeirão y Ferreira Gomes e Energia, resisten a este contexto colonial y capitalista. En este escenario, este estudio busca entender los discursos y prácticas que refuerzan el contexto expropiatorio vivenciado por comunidades afectadas por las hidroeléctricas Cachoeira Caldeirão y Ferreira Gomes e Energia, en especial en lo que atañe a los instrumentos de política ambiental ante procedimientos que flexibilizan la legislación ambiental, como condicionantes y Términos de Ajustamiento de Conducta. El referencial teórico está basado en la Epistemología Decolonial y, metodológicamente, fue realizada una investigación cualitativa con uso de entrevistas (agricultores familiares y pescadores artesanales), consulta documental y análisis de narrativas. Los resultados comprueban que cuando los desastres se perpetúan, hay una incapacidad del Estado en crear un escenario que, mínimamente, se aproxime de los sistemas locales de sobrevivencia anteriores a la implantación de las usinas.

Palabras-Clave: Usinas Hidroeléctricas; Descolonialidad; Políticas Ambientales; Resistencia; Condicionantes.

INTRODUÇÃO

A construção do discurso moderno de desenvolvimento forneceu os subsídios essenciais para definir cada elemento da vida social de comunidades locais de acordo com interesses capitalistas. Dessa forma, essa concepção ocidental de sociedade estabeleceu que categorias como desenvolvidos, modernos e civilizados serviriam como padrão de classificação a ser seguido por agências internacionais, Estados-nação e por todo um conjunto de sociedades. Os considerados subdesenvolvidos, não modernos e não civilizados deveriam se adequar aos padrões de produtividade daquilo que se convencionou chamar de desenvolvimento.

Essa busca pela ideologia do desenvolvimento enquanto padrão a ser seguido foi construída como uma ordem mundial. Marcas desse contexto são explícitas no planejamento energético, uma vez que envolve agentes interessados no consumo de energia e na apropriação de uma série de benefícios atrelados a esse mercado, sob o discurso de progresso e desenvolvimento.

A concorrência entre os agentes demonstra o poder que cada um possui e qual o nível de força que o capital desempenha no campo a que estão atrelados. Por exemplo, as formas de capital cultural dos agentes das comunidades locais, nas áreas em que as hidrelétricas UHE

Cachoeira Caldeirão (UHE CC) e Ferreira Gomes e Energia (UHE FGE), estão implantadas, no estado no Amapá, assumem uma posição de resistência na disputa com outros capitais presentes no campo.

As UHE FGE e UHE CC, respectivamente em 2014 e 2015, iniciaram suas operações no rio Araguari, no município de Ferreira Gomes, estado do Amapá. A estimativa populacional dessa localidade em 2021 era de 8.151 pessoas (IBGE, 2021). Desde 1975 a UHE Coaracy Nunes está em operação exatamente no mesmo rio em que as demais usinas hidrelétricas foram instaladas. Os motivos macroeconômicos pelos quais as três UHE estão instaladas no rio Araguari estão discriminados nos Planos Decenais de Expansão de energia. Entretanto, considerando o quantitativo populacional do município em contraste com o volume de energia produzido, pode-se afirmar que o planejamento energético, diferentemente do propalado, não está atrelado ao desenvolvimento da qualidade de vida dessas comunidades (Lopes; Brito, 2021).

Além disso, desde 2014, a grande mortandade de peixes ocasionada após o início do teste das turbinas da UHE hidrelétricas, derivou em sérias consequências ao cotidiano de pescadores artesanais e agricultores familiares (Santos; Cunha, A.; Cunha, H., 2017). Um dos desembargadores que julgou uma das ações civis públicas impetradas pelo Ministério Público do Estado do Amapá afirmou que “é sabido que o transbordamento do Rio Araguari trouxe inúmeros prejuízos à população local, tais como a mortandade de peixes e inúmeras pessoas desabrigadas [...] deveria a EECC não se sentir obrigada, mas sim motivada a demonstrar” suas atividades empresariais (Amapá, 2020).

No que tange ao contexto da UHE FG, após sua implantação ocorreu mudança brusca na renda dos pescadores, um percentual de impacto negativo que chegou a aproximadamente 42%. Fator que chegou a 86% em pescadores que recebiam em torno de 1 salário mínimo (Santos; Cunha A.; Cunha H., 2017).

A implantação de hidrelétricas é orientada, com base no discurso do Estado Brasileiro, à manutenção da ordem pública e para o benefício daqueles que apresentam maior poder econômico. A contradição inerente ao contexto está exatamente no discurso de que o Estado seria representante da ordem pública e do bem-estar social, mas que se revela como um aparelho que possui o monopólio de uma violência legítima e simbólica. Violência está que, no caso das UHE FGE e UHE CC, foi responsável pela completa desestruturação do modo de vida de várias comunidades.

O discurso de que as UHEs promovem a melhoria da qualidade de vida da sociedade está presente nos Planos Decenais de Expansão de Energia (PDE). É nesse cenário que, independentemente dos danos e desastres causados, as usinas hidrelétricas continuam sendo instaladas para garantir, de acordo com o PDE 2024, a “segurança energética e o desenvolvimento econômico”.

Os agentes do Estado possuem posições no campo que facilitam todo o processo que concerne às UHEs, desde o licenciamento até a fiscalização. Quando Procuradoria Federal mencionou os danos ocasionados em Ferreira Gomes, derivados da implantação da Cachoeira Caldeirão, a ANEEL encaminhou a seguinte resposta: “pressupõe-se que todos os eventuais impactos ambientais estão considerados nos licenciamentos ambientais pertinentes, oriundos dos respectivos órgãos ambientais”, que é competência da Agência tão somente verificar se foi obtida a licença ambiental prévia (ANEEL, 2016).

É fato que o licenciamento é instrumento regulatório que orienta as ações entre os empreendedores, os órgãos ambientais e suas agências; entretanto, o processo de judicialização continua a ser utilizado como mecanismo facilitador para liberar o licenciamento, mesmo quando este não é autorizado por órgãos ambientais.

Além disso, todos os estudos e relatórios de impacto ambiental são realizados pelas empresas privadas responsáveis pelos empreendimentos e, portanto, são aceitos pelos órgãos ambientais como uma espécie de comunicação burocrática que homogeneiza os procedimentos sobre expansão de energia.

No caso das hidrelétricas implantadas, UHE FGE e UHE CC, as construtoras foram Odebrecht e Neoenergia, que contrataram as terceirizadas Projetos Consultorias e Engenharia Ltda e Intertecne S.A. para a elaboração do projeto básico que deu origem ao Estudo de Viabilidade Técnico e Econômica. No contrato entre as construtoras e as empresas terceirizadas estava explícito que as contratantes deveriam acompanhar as pesquisas, além de supervisionar e coordenar os trabalhos (Lobato, 2021). A ausência da autonomia das terceirizadas durante a realização do projeto básico retrata uma estratégia frequentemente utilizada por construtoras de UHE para garantir que os estudos primários sejam efetivados.

Além disso, quando se trata dos interesses da manutenção do modo de vida de comunidades que podem ser atingidas, o mecanismo utilizado é sugerir aos empreendedores a elaboração de um “Termo de Ajuste de Conduta – TAC”, para que se “garanta a continuidade do projeto/empreendimento” (Brasil, 2007, p. 419). É importante frisar que o discurso do Estado, emitido por intermédio dos PDEs, assume o risco que projetos dessa magnitude

podem provocar e ensina aos capitalistas como garantir que seus projetos sejam aprovados, mesmo diante dos danos que podem causar. A utilização de estudos ambientais e o discurso de ‘sustentabilidade’ aparecem como subterfúgios, não como uma estrutura que deveria garantir, de alguma forma, o uso sustentável do meio ambiente.

Esse processo histórico da construção de como o Estado opera representa sua função “universal”, obtida por meio da submissão a que outros capitais e/ou agentes estão sujeitos, devido à reprodução de seu capital simbólico. Dessa forma, são indissociáveis as lutas internas e os conflitos gerados em consequência do poder atribuído ao grupo que busca o controle do funcionamento do Estado, mormente em razão dos benefícios que adquirem. É importante salientar que, mesmo diante do discurso da universalidade do Estado, encontramos elementos para desnaturalizar, na prática, suas funções, utilizadas como subsídio de classes dominantes para perpetuar seu poder.

Diante do exposto, esse trabalho teve como objetivo entender os discursos e práticas que reforçam o contexto expropriante vivenciado por comunidades afetadas pelas usinas hidrelétricas Cachoeira Caldeirão e Ferreira Gomes e Energia, em especial no que tange aos instrumentos de política ambiental diante de procedimentos que flexibilizam a legislação ambiental, como Condicionantes e Termos de Ajustamento de Conduta.

Nesta discussão, e para facilitar o alcance do objetivo proposto, esse estudo foi dividido em seções que contextualizam a temática estudada, tal como essa primeira seção de introdução, seguida de discussões acerca dos caminhos teóricos-metodológicos que foram construídos, incluindo aspectos relacionados às escolhas metodológicas e debates sobre desenvolvimento decolonial (segunda seção).

Na terceira seção, no tocante aos achados e resultados, está discutida a dinâmica do cotidiano das comunidades no contexto da implantação das usinas hidrelétricas Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão. Demonstrando que, ainda que as políticas energéticas sejam caracterizadas, com base na narrativa do Estado, como produto de uma ação para o bem comum, esse modelo de desenvolvimento, fundado em um paradigma colonial, necessita de contestação. A última seção, conclusão, corrobora essa percepção, dada a existência de desastres provocados durante a efetividade do planejamento energético e os conflitos derivados deles, mesmo diante das condicionantes inseridas durante o licenciamento.

PERCURSO TEÓRICO METODOLÓGICO

A noção de que a construção de hidrelétricas na Amazônia são objetos técnicos indispensáveis ao desenvolvimento econômico da região e ao bem-estar das populações locais é um paradigma construído historicamente desde o século XIX e maximizado com as políticas desenvolvimentistas da década de 1970. Os traços gerais dessa verdadeira ficção expressam-se nos documentos oficiais produzidos ao longo da constituição, na Amazônia, de um campo de interesses próprios ao setor energético.

Os danos e desastres são reproduzidos, permanecendo com as comunidades locais as consequências das instalações dos empreendimentos. A realização de um diagnóstico de todos os danos ocasionados em comunidades urbanas e rurais do rio Araguari não é a pretensão deste artigo. Buscamos entender os discursos e práticas que reforçam o contexto expropriante vivenciado por comunidades afetadas pelas usinas hidrelétricas Cachoeira Caldeirão e Ferreira Gomes e Energia, em especial no que tange aos instrumentos de política ambiental diante de procedimentos que flexibilizam a legislação ambiental, como Condicionantes e Termos de Ajustamento de Conduta.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, baseada prioritariamente nas opções e percepções dos agentes envolvidos (Nascimento, 2016), cujo coleta de evidências se deu com o uso de roteiro semiestruturado de entrevista, que buscou, prioritariamente, identificar as percepções e relatos acerca das consequências da implantação de usinas hidrelétricas, assim como o atendimento de condicionantes ambientais. As entrevistas foram realizadas com pescadores e pescadoras, ficticiamente chamadas em ordem alfabética e representante do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB).

Outrossim, foi realizada pesquisa documental nos Planos Decenais de Expansão de Energia, que auxiliou, sobremaneira, a compreensão sobre o macro planejamento estratégico e a percepção constante nesses documentos sobre estudos ambientais. Antes das entrevistas foi solicitado, via e-mail, para o Centro de Documentação da ANEEL, o arquivo completo do inventário do rio Araguari. Em resposta, a ANEEL forneceu cadastro temporário para acessar o sistema e obter todas as informações solicitadas. Em pesquisa no sistema de arquivos da ANEEL, (link consulta processual SICnet) foram acessados dezenas de relatórios, notas técnicas e ofícios de que tratam o objeto de estudo. Essas informações foram utilizadas como suporte e aprofundamento para compreensão do fenômeno de espoliação capitalista e dinâmica dos instrumentos de política ambiental. A análise de evidências foi pautada na

análise de narrativas, cujo objetivo é veicular conteúdo a partir dos quais as experiências subjetivas podem ser transmitidas (Muylaert *et al.*, 2014).

POR UM PARADIGMA DE DESENVOLVIMENTO DECOLONIAL: VALORIZAÇÃO DO LUGAR E DA RESISTÊNCIA

Em termos históricos, depois da Segunda Guerra Mundial, foram necessárias duas décadas para que a invenção do desenvolvimento se constituísse em um aparente projeto coletivo da humanidade. Mais de dois bilhões de pessoas no mundo, distribuídos principalmente na América do Sul, África e Ásia, foram considerados subdesenvolvidos. O discurso de Truman, em 1949, enfatizou que “todos os países” se beneficiariam de programas que estimulassem o uso, em benefício da prosperidade industrial e econômica, dos recursos humanos e naturais do mundo. Desenvolvimento seria, então, uma crença pautada em uma ideologia pretensiosa de se tornar um parâmetro para todas as nações do mundo (RIST, 2008). “O conceito de desenvolvimento, que sofreu nas mãos de Truman a metamorfose mais dramática e grotesca de toda sua história, empobreceu-se ainda mais nas mãos de seus primeiros defensores, que o reduziram a crescimento econômico” (Esteva, 2000, p. 66).

Seguindo a lógica de avanço econômico a qualquer custo, as diferentes correntes desenvolvimentistas foram estruturadas. Os Estados com maior concentração de capital e aparato industrial, como as nações europeias e norte americanas, desenvolveram “estratégias ideológico-simbólicas ao incentivar formas de conhecimento ‘ocidentalistas’ que privilegiam o Ocidente [...]. Isto é claramente visível em discursos desenvolvimentistas”. Tais discursos oferecem “uma fórmula colonial de como se assemelhar ao ‘Ocidente’” (Grosfoguel, 2010, p. 404).

O conceito de desenvolvimento foi construído com base em uma concepção ocidental e colonial de crescimento econômico e apresenta um sentido predatório que tenta homogeneizar países e regiões com realidades muito diversas. Nesse contexto:

As relações entre o Norte e o Sul passaram a ser formuladas segundo esse modelo: o “desenvolvimento” forneceu o marco de referência fundamental para aquela mistura de generosidade, chantagem e opressão que caracterizou as políticas dirigidas ao Sul. [...] O conceito de desenvolvimento é como uma ruína na paisagem intelectual ilusões e reveses, fracassos e crimes foram assíduos companheiros (Sachs, 2000, p. 11).

Romper com essa herança, que ainda se configura como pilar das políticas dos Estados-nação, é uma das perspectivas do pós-desenvolvimento. O pós-desenvolvimento

(Escobar, 2005; Castro, 2012) é consoante a um projeto de integração social, entre diferentes segmentos da sociedade, em que se possa confrontar as relações de dominação. Exemplo dessas perspectivas é a existência de atores sociais que se mobilizam em movimentos sociais para denunciar os modelos de dominação colonial alicerçados em programas institucionais. Sob essa acepção, produções acadêmicas que visam desvelar a colonialidade e posicionar-se pelo seu enfrentamento, como este artigo, são também práticas decoloniais pós-desenvolvimentistas.

As resistências territoriais, na forma de movimentos sociais, podem acionar alternativas ao modelo desenvolvimentista. Essas alternativas trazem, em sua gênese, uma tradição não somente da prática cotidiana de enfrentamento aos atores que gerenciam os projetos capitalistas, mas também de refutação a agentes públicos e privados, que corroboram em diferentes níveis para a espoliação que os projetos capitalistas ocasionam. É nesse contexto de crítica e contestação que a categoria pós-desenvolvimento surge como uma alternativa à colonialidade presente nos modelos de desenvolvimento ocidental.

O pós-desenvolvimento deslegitima as ideias hegemônicas de crescimento econômico pautadas principalmente na marginalização das sociedades com características não ocidentais (Escobar, 2007). A crítica ao capitalismo como centro de tudo revela a existência de cenários “econômicos alternativos”, conforme os modelos locais de economia, tais como: “economias de subsistência, economias biodiversificadas, formas de resistência do Terceiro Mundo, cooperativas e iniciativas locais menores” (Escobar, 2005, p. 75).

Um sistema local baseado em uma diversidade de práticas derivadas do conhecimento do lugar, oriundo de pescadores artesanais e agricultores familiares imbuídos de uma economia de subsistência, representa, de fato, alternativa à dependência do modo de produção capitalista. “O lugar – como a cultura local – pode ser considerado “o outro” da globalização, de maneira que uma discussão do lugar deveria oferecer uma perspectiva importante para repensar a globalização e a questão das alternativas ao capitalismo e à modernidade” (Escobar, 2005, p. 76).

O sistema moderno de desenvolvimento, que visa desqualificar a ecologia de saberes que estrutura o cotidiano de diferentes comunidades, não só está em crise, como também não sustenta o argumento falacioso de que é o único possível. Os teóricos do pós-desenvolvimento recomendam às “sociedades a procurar novas formas de se desenvolver fora da ideia hegemônica de desenvolvimento, iniciando uma mudança estrutural baseada na cultura e no conhecimento local das populações e dos países” (Fabri, 2017, p. 4). Diferente da lógica

colonial, as comunidades camponesas, de povos indígenas e quilombolas continuam organizando lutas e construindo resistências, para ser valorizado ou visibilizado, diante dos interesses econômicos que visam alcançar o desenvolvimento nos padrões ocidentais.

Assim como o paradigma de desenvolvimento não é universal, o modelo de produção capitalista que cria um imaginário de economia global também não representa a totalidade das economias locais. Esse contexto envolve relações antagônicas que se articulam sistematicamente diante de discursos favoráveis e contrários à permanente utilização dos recursos naturais e territoriais em benefício dos donos do capital.

Os discursos favoráveis envolvem as relações de poder institucionalizadas, atribuindo um sentido negativo às atividades produtivas tradicionais e às comunidades que as utilizam. Os discursos contrários são reflexos das relações de luta e de enfrentamento à lógica de dominação. Mais que isso, refletem o entendimento de que o uso do território e dos recursos está acima dos interesses do mercado capitalista. O modelo de desenvolvimento que historicamente foi implantado para garantir a continuidade das relações de expropriação é contestado por movimentos e ações efetivas de diversos grupos da sociedade civil organizada, que utilizam, como principais meios de enfrentamento, o processo de reivindicação coletiva e a judicialização dos danos ocasionados.

É nesse cenário de resistência que a perspectiva decolonial apresenta a compreensão de que a crítica pela crítica, sem um movimento de enfrentamento às narrativas dominantes, pouco constrói modificações. As ações locais de desobediência aos processos coloniais e a luta permanente para alcançar a noção de pós-desenvolvimento são elementos fundamentais para confrontar o pensamento ocidental que permeia os antigos e atuais modelos de desenvolvimento. É exatamente na dimensão que envolve ruptura com o processo de dominação, bem como movimentos de luta de vários grupos, que se concentram em alternativas locais de consolidação de estratégias de sobrevivência dos povos tipificados como subalternos diante da expropriação capitalista.

Este artigo não possui a pretensão de qualificar a vastidão de significados e conceitos atribuídos à polifonia que a palavra desenvolvimento trouxe após décadas de estudos econômicos, políticos e sociais, mas sim de contribuir com um debate necessário sobre o potencial destruidor que está alicerçado nos discursos e nas práticas que envolvem essa categoria.

As discussões de Walter Benjamin alertam para o fato de as transformações no modo de produção do capitalismo construir e desconstruir o cotidiano de uma diversidade de

grupos sociais, “desenraizando homens e mulheres de seus hábitos e valores” (Pires, 2016, p. 252). Em conjuntura similar, os projetos hidrelétricos, utilizados como ferramenta da modernização capitalista e de sua espoliação, provocam um conjunto de interferências no meio ambiente e “na organização da propriedade fundiária ou expropriação dos camponeses” (Gonçalves; Mendonça, 2015, p. 135).

Nesse contexto, “a escala da destruição dos recursos ambientais globais (terra, ar, água)” é pautada na lógica capitalista de acumulação por espoliação, que transforma em mercadoria formas culturais e históricas. “A acumulação por espoliação pode ser interpretada como o custo necessário de uma ruptura bem-sucedida rumo ao desenvolvimento capitalista com forte apoio dos poderes do Estado” (Harvey, 2004, p. 123-128).

É necessário o confronto com o modo de produção capitalista e suas degradações, no sentido do resgate da cultura, do saber popular e do cotidiano da população local, a partir de epistemologias e ações que refutem o processo de dominação ao qual diferentes grupos e organizações sociais estão sujeitos. A decolonialidade emerge como uma epistemologia de confronto e resistência, que está assentada na desconstrução de paradigmas dominantes e na continuidade de um pensamento emancipatório e crítico diante do processo de opressão que as sociedades subalternizadas vivenciam. É necessário descolonizar todo um conjunto de ideologias, tanto coloniais quanto aquelas autointituladas pós-coloniais, mas que não representam uma crítica a partir do lugar, e reproduzem discursos com base em conceitos eurocêntricos (Grosfoguel, 2010).

Esse processo de decolonialidade ocorre principalmente a partir de ações concretas de reivindicação sobre a condição social em questão, quando os sujeitos estão submetidos a determinações históricas similares. A ação e a consciência dos grupos subalternizados deverão acompanhar o constante processo de mudança de paradigmas coloniais, na medida em que se inserem no conjunto de efeitos da própria razão moderna. Em cada momento histórico, para garantir a sobrevivência cultural, social e territorial, é relevante compreender as mutações pelas quais passam as relações sociais, pois o próprio sistema a que o ser humano está submetido se reinventa e se funda na falácia de que suas estruturas servem para o bem da humanidade.

É exatamente nas relações sociais, tanto de resistência à produção capitalista quanto de busca pela manutenção do modo de vida local, que a epistemologia dos saberes do sul se recria (Santos, 2010). Se o capitalismo desumaniza as relações de produção e individuais, naturalizando a colonialidade presente na modernidade, os saberes locais, os grupos

subalternizados criticam teórica e politicamente a pretensão de tornar universal qualquer processo de imposição do capital. “Se o sistema gera alienação, não precisamos ter necessariamente operários alienados”; esse mesmo processo gera contradições que confrontam o capitalista, a partir das reivindicações e do desenvolvimento da consciência de diversos grupos sociais (Codo, 2004, p. 142). Para isso é preciso consolidar esse processo de enfrentamento, com base em organização social e processos de lutas permanentes.

Mas é fato que intervenções da sociedade organizada, a partir de uma realidade local, podem apresentar uma resposta mais favorável e factível às condições dos atores envolvidos no processo de luta, na tentativa de romper com a continuidade da utilização do território e dos recursos naturais, pelo capital, conforme se discute, a partir do cenário analisado, no tópico a seguir.

USINAS HIDRELÉTRICAS E A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DE COMUNIDADES DO RIO ARAGUARI, AMAPÁ

A racionalidade colonizadora, difusora do discurso de que comunidades locais de agricultores são pouco produtivas e, portanto, podem ser deslocadas, mesmo que compulsoriamente de seu território, representa a ideologia eurocêntrica de que sociedades urbanas seriam mais relevantes dentro de uma lógica econômica. É necessário descolonizar esse pensamento capitalista, rompendo com esse padrão que está instrumentalizado em planos governamentais, como os PDEs.

No caso de comunidades de Ferreira Gomes e Porto Grande, principalmente pescadores e agricultores estão submetidos a uma lógica de expropriação de seus territórios, enquanto há estratégias do Estado e das hidrelétricas para manter a dominação sobre as comunidades locais e para legitimar a expansão de projetos de produção de energia. As principais transformações sociais não ocorrem pela simples instalação das Usinas Hidrelétricas, mas a partir de interesses políticos e econômicos que são expressos no macroplanejamento energético e discriminados nos Planos Decenais de Expansão de Energia.

Mesmo diante de certos agentes, como as usinas hidrelétricas, que possuem maior capital econômico, observou-se a persistência de vários grupos em não se submeter às condições que as forças de dominação lhes impuseram. Nesse sentido, Bourdieu (2004, p. 29) reitera que “qualquer que seja o campo, ele [o agente] é objeto de luta tanto em sua representação quanto em sua realidade”.

A utilização do rio Araguari como mercadoria pelas usinas hidrelétricas suscita um conjunto de ações contrárias a esses interesses, principalmente pelos comunitários que sobrevivem da relação com o meio ambiente. O sentido atribuído ao lugar das ancestralidades dessa população, envolve pertencimento, uso material e simbólico daquele território. Por isso, qualquer ação que envolva devastação do modo de vida e destruição ambiental, observa-se também resistências locais e constituição de organização coletiva após a continuidade dos desastres socioambientais e da violação de direitos da população atingida, como se observa na Figura 1.

Figura 1 - Manifestação Pública de pescadores e agricultores na Procuradoria do Estado do Amapá e Promotoria de Justiça de Ferreira Gomes (2016).



Fonte: Arquivo MAB Ferreira Gomes (2016).

Quando se trata de violação aos direitos das populações atingidas, os pescadores e agricultores que protestaram na frente da promotoria de Ferreira Gomes, questionaram a espoliação vivenciada após a implantação das UHE FG e UHE CC. Territórios comumente utilizados para a pesca e agricultura foram inundados, como a comunidade sapo seco (Figura 02), no alto Araguari, que tiveram suas casas completamente cobertas pela água dos rios. Registro nunca antes ocorrido na região.

Figura 2 - Casa de comunitário inundada, em abril de 2022, durante operação das comportas da UHE CC.



Fonte: Arquivo Pessoal dos autores (2022).

Durante entrevista para o desenvolvimento dessa pesquisa, o pescador A, que reside na comunidade Sapó Seco, às margens do rio Araguari, mencionou que “quando a hidrelétrica [Cachoeira Caldeirão] não “tava” aqui a água “dava” na “perna” da bota no inverno, nessa época que nós estamos do ano [abril de 2022]. Isso aqui nunca encheu, nunca ninguém viu isso desse jeito aqui. Antigamente, o quintal da minha casa era um Bananal, tinha sítio e morreu tudo, inclusive, a plantação de mandioca. As narrativas de contestação de moradores do rio Araguari estão acompanhadas de ações de luta. Além da organização coletiva, esses cidadãos demonstram um esforço estratégico e político para desestabilizar a hegemonia colonial que as hidrelétricas representam, conforme exposto na Figura 3.

Figura 3 - Ato Público de pescadores e agricultores atingidos pela UHE Cachoeira Caldeirão.

Fonte: Arquivo MAB Ferreira Gomes, 2018 - 2017.

Para corroborar esse entendimento, em depoimento, um membro do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) afirmou:

Nós viemos cobrando do Ministério Público Federal o cumprimento das condicionantes. Então, denunciamos várias vezes e nunca tivemos retorno. Até quando denunciamos na SEMA (Secretaria de Estado de Meio Ambiente), no IMAP (Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá) foi montado comissões com portaria e decretos do governo do Estado e sabemos que muitas dessas condicionantes não foram cumpridas. Inclusive, quando fizeram um TAC com a Ferreira Gomes e Energia, nós fomos contra, nós não fomos ouvidos. Exemplo “tá” aí Brumadinho. O governo do Estado que se reúne com a empresa e decide a situação, que, inclusive, recorreram agora ao Supremo para ver se os atingidos são ouvidos. E a mesma coisa acontece em Ferreira Gomes (REPRESENTANTE DO MAB).

Manifestações públicas e reuniões locais para sistematização das ações de enfrentamento são consequências de uma conjuntura de profunda injustiça ambiental em que vivem. Essas ações são algumas das práticas que pescadores e agricultores construíram, em face da necessidade de persistir com a luta individual e coletiva.

Eventos deletérios constantes provocam insegurança e revolta na população, como a mortandade de peixes, às margens do rio Araguari, iniciada em agosto de 2014, um mês depois de a Licença de Operação da usina Ferreira Gomes e Energia ser concedida. Para expressar sua insatisfação, em outubro de 2014, moradores do município fecharam o acesso à BR-156, colocando, no meio da rodovia, os peixes mortos que encontraram no rio.

A ocorrência da mortandade de peixes representou um evento que alterou as formas de existências coletivas de pescadores, agricultores, ribeirinhos e a população que, direta ou indiretamente, sobrevivia do turismo em Ferreira Gomes. Esse dano desestruturou as maneiras locais de gestão dos territórios baseados na pesca artesanal, por exemplo, relações

históricas e sociais que configuram o uso comum do rio Araguari a partir de costumes do lugar. Os impactos socioeconômicos foram “significativos em relação aos pescadores do município de Ferreira Gomes. Estes impactos resultaram em sérios problemas, como a elevação da vulnerabilidade social da atividade de pesca enquanto atividade econômica sustentável” (Santos; Cunha; A. Cunha, H., 2017, p. 208). Em 2022, por exemplo, o Pescador B, menciona que:

sobre o pescado, onde a gente pesca “tá” tudo inundado. Aqui nós “vive” numa situação que só Deus sabe. A dor de um é de todo mundo aqui. A história é a mesma. Onde a gente pescava não dá peixe. Em alguns lugares tem muito verme [...] Agora “pra” pescar passamos dias “pra” trazer a mesma quantidade que antes era um dia de trabalho.

Diante de um cenário de desastres que aprofundou as desigualdades sociais, uma alternativa ainda é a busca pelo cumprimento das condicionantes. Entretanto, entre decisões judiciais favoráveis às comunidades, os agentes responsáveis pelas hidrelétricas continuam postergando sua concretização. Mais que isso, o ato de formalizar condicionantes denota que um compromisso normativo entre o órgão ambiental e o empreendedor foi implementado, na hipótese de que o agente causador de degradação garantiria seu cumprimento a partir de compensações.

Outrossim, percebe-se que a opção por condicionantes, mesmo que não cumpridas/garantidas pelos empreendimentos hidrelétricos, demonstra que esses negócios “tem se apoiado cada vez mais nas condicionantes ambientais e menos na avaliação de viabilidade ambiental, fase crucial do processo de tomada de decisão, em que deveriam ser consideradas alternativas tecnológicas e de localização, impedindo-se a implantação de projetos pouco viáveis ou mesmo inviáveis (Fontes; Giudice, 2021).

Um dos problemas dessa construção é que, historicamente, há uma tendência em apoiar a liberação dos licenciamentos, baseado no pretexto de que condicionantes foram atrelados ao estudo e que os interesses das comunidades locais envolvidas estão asseguradas de alguma forma (Moretto *et al.*, 2016). É evidente que o não cumprimento das condicionantes continua gerando autos de infração e ações civis públicas, mas os danos ao ambiente e os prejuízos aos atores locais também seguem ocorrendo. Isso se deve tanto à reprodução do capitalismo por espoliação, modo de produção em que as hidrelétricas se pautam, quanto às estruturas que envolvem o setor elétrico que visam manter as formas de dominação.

No entanto, esses mecanismos não significam que haverá redução da degradação nem da espoliação. O uso de condicionantes, nesse longo contexto de descumprimento de

regramentos ambientais estipulados nos licenciamentos, vem facilitando e provocando a continuidade de ações desumanas e práticas que negligenciam o que deveria ser o uso sustentável do meio ambiente. A narrativa da Pescadora C, durante ato público de manifestação de pescadoras, pescadores, agricultoras e agricultores, em fevereiro de 2021, Figura 03, demonstra que as condicionantes não fazem parte de sua realidade, nem as compensações refletem seu modo de vida. Naquela ocasião, a entrevistada afirmou:

A gente quer sobreviver à nossa custa, do nosso trabalho. Tinha gente que plantava mandioca e agora não pode mais porque o terreno foi alagado. Se nós temos autoridades é para ajudar. Então, eu peço que nos ajude. Porque se vocês tivessem lá iam sentir o mesmo que estamos sentindo, o mesmo sofrimento. As pessoas que podem fazer alguma coisa não vão lá, mas se fossem onde “nós mora”, iam ver e sentir o mesmo que a gente (Pescadora C).

A Pescadora C lembrou que a invisibilização do sofrimento social pelo qual as comunidades estão sujeitas está sendo perpetuada mesmo depois dos desastres que envolveram a inundação do município e a mortandade de peixes. A devastação ambiental provocada e a destruição do modo de subsistência dessas comunidades estão dispostas como algo naturalizado. A contestação a essa dinâmica opressora é reforçada na ação concreta que representa a resistência de comunidades locais.

Figura 4 - Manifestação de pescadoras, pescadores, agricultoras e agricultores atingidos pela UHE Cachoeira Caldeirão em frente ao Fórum do Município de Porto Grande, Amapá (2021).



Fonte: Extraído de Lobato (2021, p. 246).

Resistência essa que enfrenta a narrativa do estado brasileiro em nomear esses desastres como “interferências” ou “desafios”. O Plano Decenal de Expansão de Energia 2031 retrata os conflitos de uso e ocupação do solo a partir de temas socioambientais, incluindo, essa dinâmica como simples reassentamento rural (Brasil, 2022). O deslocamento compulsório não representa uma decisão do comunitário em relação ao seu lugar territorial. Procedimentos arbitrários, como esse, não valorizam a cultura local e aprofundam os conflitos socioambientais.

Esse contexto reafirma que a lógica de indenização é apenas um aparato efêmero, que na realidade, não substitui e, em nada compensa, os custos humanos simbólicos e materiais da destruição dos ecossistemas naturais e das formas de trabalho originalmente empregadas nas comunidades. Representa uma ação que Grosfoguel (2010) intitula descolonizadora, que são originárias a partir do lugar em que a realidade social é produzida. A narrativa da pescadora A demonstra que as práticas locais de sobrevivência compreendiam uma relação simbólica e material de pertencimento ao território e a apropriação do território pelas usinas hidrelétricas precarizou, sobremaneira, o modo de vida das comunidades.

Durante o ato público em frente ao Fórum do município de Porto Grande, no Amapá, representantes das comunidades locais informaram a falta de cumprimento dos Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) e das condicionantes, e que continuariam lutando por seus direitos. A principal narrativa envolvia o direito à territorialidade de seus pais e avós e o uso do rio Araguari como fonte de subsistência e manutenção dos laços entre vizinhos e familiares que foram perdidos em decorrência dos deslocamentos.

O uso comum dos recursos naturais, que era prática cultural das comunidades, anteriormente à implantação das usinas hidrelétricas, tornou-se objeto de disputa. Na realidade, dentro desse padrão de poder pautado em uma racionalidade colonial (Quijano, 2010), as usinas hidrelétricas usurpam a soberania de todo um conjunto de populações locais seculares.

A população, usando seus instrumentos de resistência, como organização coletiva, processos de judicialização e manifestações públicas, exige que seu modo de vida seja garantido. Do outro lado, as UHE Ferreira Gomes e Energia e a Cachoeira Caldeirão utilizam todo o aparato judicial e financeiro para manter o controle das relações de poder instituídas no território.

A prática colonial de utilização do bem público para enriquecimento dos agentes privados relacionados à implantação das UHE é um cenário que estrutura não somente as

relações de poder, mas a reprodução dos danos na condição de vida da população local, conforme relato da entrevistada. Uma vez desestruturada a economia do lugar (Escobar, 2005), o processo de sobrevivência diante dos desastres causados torna-se cada vez mais difícil e, muitas vezes, impossível.

O modo de vida que diverge do modo de produção eminentemente capitalista tornou-se um obstáculo na visão dos empreendedores das usinas hidrelétricas a tal ponto que a prática desses agentes degradadores vem dificultando as ações dos órgãos ambientais e os processos de judicialização, no que se refere à elaboração de respostas favoráveis às comunidades atingidas.

O representante do MAB disse que, diante de um cenário catastrófico, há várias formas de manifestações; contudo, a consolidação do movimento ainda é mecanismo de luta constante para buscar os direitos. Por conseguinte, “A formação de mobilizações locais e a reconstrução do território colocam em pauta o esforço dessas populações em articular seu problema com um fato coletivo”. Nesse cenário, é no lugar das territorialidades que a construção de uma rede de relações densas pode tornar possível a “(re) construção do território como lugar-espço de reprodução social e esfera de pertencimento que desafia os propósitos [...] dos Estados-nação e dos seus projetos de desenvolvimento” (Zhouiri; Oliveira, 2007, p. 449). Em contexto similar, a Pescadora D narrou:

Lembro bem que, em uma das audiências públicas em Ferreira Gomes, um Procurador do Estado falou que, quando o povo grita, as autoridades escutam. Então é isso que viemos fazendo; com a organização, conseguimos chegar aos meios de comunicação em busca de justiça para esse povo atingido.

Esse contexto de lutas de construção de resistências às injustiças ambientais é cada vez mais necessário, devido ao aprofundamento do sofrimento social que se desdobra pela continuidade dos desastres e se perpetua diante de arranjos institucionais (Zhouiri *et al.*, 2016). Quanto a este último, há um esforço significativo da população organizada politicamente, em Ferreira Gomes, para confrontar a não implementação de condicionantes, assim como o uso de ações judiciais que retardam o processo de fiscalização e sua consolidação. A Pescadora E sumariza sua percepção da seguinte forma:

Depois da vinda da “Cachoeira Caldeirão”, dificultaram muito para nós, tanto na pesca, como na agricultura. Onde “a gente era” acostumada a plantar, a água matou tudo, e ir pra cima da montanha não dava, mas a distância ficou ruim “pra” gente. O peixe ficou difícil de pegar e, quando pega, “está tudo” contaminado com um verme. O que eles prometeram, nunca ajudaram. Quem sofre é a comunidade toda. Até a água “pra” gente tomar “tá” feia, “tá” escura.

Os danos que ocorrem após a implantação de usinas hidrelétricas resultam em propostas de compensação e são discriminadas nos Planos Decenais de Expansão de Energia (PDE) e nos estudos ambientais, Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). A exemplo do que ocorre com as condicionantes estipuladas em Licenças ambientais, que apresentam reduzida resposta em benefício da realidade local. Entretanto, o custo ambiental e social do uso do território e dos recursos naturais para a produção de energia permaneceu com a população. Na prática, as condicionantes aceleraram a liberação dos empreendimentos hidrelétricos com base em um discurso eivado de colonialidade, que utilizou a narrativa de mitigação e compensação para reduzir o que os PDEs chamam de desafios à expansão energética.

Nessa ótica, quando é discriminado nos PDEs que os projetos hidrelétricos resultarão “em benefício líquido para a sociedade — considerando todas as questões socioambientais relevantes”, além de “identificar estratégias de desenvolvimento destes projetos que permitam que este benefício líquido se manifeste” (Brasil, 2018, p. 51), a formação discursiva que trata do sentido de “benefício” se manifesta contraditória e falaciosa, sobretudo nas situações em que é considerada a espoliação à qual as comunidades estão submetidas. Nesses casos, às vezes, resistir às injustiças ambientais é sobreviver, além de manter discursos e ações que confrontem os segmentos que buscam a dominação do setor energético.

Os recursos ambientais, como os recursos hídricos, são distribuídos com foco em interesses do grande capital, não com base em um paradigma ecológico que transcenda a reprodução capitalista. A tomada de decisão para implantação das usinas hidrelétricas no rio Araguari está relacionada a uma conjuntura político-econômica que marca a legitimação do discurso desenvolvimentista no Estado do Amapá. É necessário deslegitimar as estruturas desenvolvimentistas que mantêm a expansão energética como um dos eixos fundamentais do mito do desenvolvimento e repensar ações e discursos que consolida uma epistemologia emancipadora diante das relações de dominação que se escondem sob o imaginário da mitigação, compensação e desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A legitimação das estruturas que subordinam a reprodução da vida em comunidades do rio Araguari ao capital econômico é expresso nas narrativas de moradores das comunidades afetadas. Desse modo, foi possível trazer para o debate a crítica à naturalização dos danos e sofrimentos legitimados em termos de mitigação e compensação nos estudos socioambientais.

No caso do Amapá, a colonialidade assenta-se em diferentes formas de expropriação da população, sem a efetividade de estudos socioambientais que respondam às questões sociológicas e na reduzida atuação do Estado em construir elementos que reduzam os danos às comunidades, que são mascarados diante de ganhos econômicos.

A crítica ao paradigma do desenvolvimento reforçou a estratégia metodológica desta pesquisa de trazer a análise para a escala local, principalmente porque os danos ocorrem no território onde as usinas hidrelétricas são instaladas, embora seu planejamento seja nacional e apresente discursos hegemônicos que reforçam estratégias desenvolvimentistas para dar subsídios aos setores industriais da economia. É na escala local que o sofrimento social torna dramática a reprodução da vida de centenas de famílias, compulsoriamente inseridas em configurações desenvolvimentistas.

Uma das práticas recorrentes que legitimam a implantação de hidrelétricas faz parte da flexibilização dos licenciamentos, que utiliza condicionantes, sob a alegação de que haveria identificação dos danos e investimentos sociais no ambiente degradado. Porém, o contexto das condicionantes representa a racionalidade instrumental em estudos ambientais, que continua a precificar os danos sociais e ambientais.

A persistência dos desastres, mesmo diante da fiscalização do órgão licenciador das usinas hidrelétricas do rio Araguari, confirma que a flexibilização dos licenciamentos não deveria ser utilizada como parâmetro para liberação dos empreendimentos. Mais que isso, que os estudos ambientais prévios – EIA, RIMA e Planos Básicos Ambientais – deveriam ser executados com autonomia, sem a interferência das empresas construtoras, dos responsáveis pelas hidrelétricas e, principalmente, considerando a opinião, percepção, cultura e danos à população local.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). **Resposta ao Memorando nº 01503/2016/PFANEEL/PGF/AGU**. Memorando nº 306/2016–SCG/ANEEL, de 14 de outubro de 2016. Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão. Documento: 48524.010742/2016-00. Brasília, DF: ANEEL, 2016.
- AMAPÁ, Tribunal de Justiça do Estado do Amapá. **APL 0000258-89.2018.8.0011 AP**. [Ministério Público do Estado do Amapá ajuizou ação civil pública [...] a fim de acompanhar o cumprimento das condições impostas nas licenças ambientais à ré. Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S/A – EECC]. Macapá: TJAP. Disponível em: <https://tj-ap.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/1156978826/apelacao-apl2588920188030011-ap/inteiro-teor-1156978833>. Acesso em: 30 set. 2020.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução: Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.
- BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Ministério de Minas e Energia. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2007/2016**. Empresa de Pesquisa Energética. v. 1. Brasília, DF: MME/EPE, 2007.
- BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2027**. Empresa de Pesquisa Energética. Brasília, DF: MME/EPE, 2018.
- BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2022-2031**. Empresa de Pesquisa Energética. Brasília, DF: MME/EPE, 2022.
- CASTRO, Edna M. R. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sulamericana. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 45-61, jan./abr. 2012.
- CODO, Wanderley. Relações de trabalho e transformação social. In: LANE, Silvia. Tatiana Maurer; CODO, Wanderle (org.). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, set. 2005. (Colección Sur Sur).
- ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo**. Tradução: Diana Ochoa. Caracas: Fundación Editorial el Perro Y La Rana, 2007.
- FABRI, Eduardo. Pós-desenvolvimento: da reflexão crítica acerca do modelo de desenvolvimento hegemônico Global a busca de alternativas locais. In: VIII ENANPPAS: Teoria Social e Meio Ambiente: avanços e desafios. 2007.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (org.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

FABRI, Eduardo. Pós-desenvolvimento: da reflexão crítica acerca do modelo de desenvolvimento hegemônico Global a busca de alternativas locais. In: VIII ENANPPAS: Teoria Social e Meio Ambiente: avanços e desafios. 2007. **Anais [...]**. 2007.

FONTES, A. R. F.; GIUDICE, D. S. O impacto das condicionantes e determinantes na avaliação de viabilidade ambiental no processo de licenciamento ambiental de hidrelétricas brasileiras. **Revista brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 10, n. 01, p. 03-30, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População estimada em 2021**. Município Ferreira Gomes. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/ferreira-gomes/panorama>. Acesso em: 20 jan. 2022.

GONÇALVES, Ricardo Junior Assis Fernandes; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Mega projetos de mineração e acumulação por espoliação em Comunidades Camponesas de Catalão – Goiás – Brasil. Élisée, **Rev. Geo., Anápolis**, v. 4, n. 2, p. 134146, jul. /dez. 2015.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2010.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Tradução: Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2004.

LOBATO, Marília Gabriela Silva. **Mitigação e Compensação na reprodução de um padrão colonial**: o contexto dos discursos, planos e danos das hidrelétricas no rio Araguari, Amapá. 2021. Tese (Doutorado em Ciências Socioambientais) – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

LOPES, M. de S.; BRITO, D. M. C. Impactos socioambientais ocasionados por hidrelétrica no Vale do Jari, Amapá, Brasil: percepções comunitárias. **Ambiente e Sociedade**, v. 24, p. 1-21, 2021.

MORETTO, Evandro Mateus. *et al.* Condicionantes e a viabilidade ambiental no processo de licenciamento ambiental de usinas hidrelétricas: Uma análise do caso Teles Pires. In: ALARCON, Daniela Fernandes; MILLIKAN, Brent; TORRES, Mauricio (org.). **Ocejadi: hidrelétricas, conflitos socioambientais e resistência na Bacia do Tapajós**. Brasília, DF: International Rivers Brasil; Santarém, PA: Programa de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Oeste do Pará, 2016.

MUYLAERT, C. J. et al. Narrative interviews: an important resource in qualitative research. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 48, n. spe2, p. 184–189, 2014.

PIRES, Eloiza Gurgel. Modernidade, infância e linguagem em Walter Benjamin. **Conjectura: Filos**, v. 21, n. 2, p. 245-274, maio/ago. 2016.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2010.

RIST, Gilbert. **The history of development**: From Western Origins to global Faith. 3. ed. Londres: Zed Books, 2008.

SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Tradução: Vera Lúcia M. Joscelyne, Susana de Gyalokay, Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. 2 ed. Coimbra: Edições Almedina SA, 2010.

SANTOS, Erick Silva dos; A. CUNHA, Alan Cavalcanti da; H. CUNHA Helenilza Ferreira Albuquerque. Usina hidrelétrica na Amazônia e impactos socioeconômicos. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo v. 20, n. 4, p. 197-214, out./dez. 2017.

STEVA, Gustavo. Desenvolvimento. *In*: SACHS, Wolfgang (org.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Desenvolvimento, **conflitos sociais e violência no Brasil rural**: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambiente & Sociedade**, Campinas v. 10, n. 2, p. 119-13, 2007.

ZHOURI, A. et al. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. **Ciência e Cultura**, v. 68, p. 36-40, 2016.